



**ACÓRDÃO Nº633/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11369/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Fundo Estadual Antidrogas - FEAD
- 5- **Exercício:** 2016
- 6- **Responsável:** Maria das Graças Soares Prola (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2769/2018-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo Estadual Antidrogas - FEAD. Exercício de 2016.

*Irregularidade. Revelia. Multa.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do Fundo Estadual Antidrogas-FEAD, referente ao exercício de 2016, sob responsabilidade da **Sra. Maria das Graças Soares Prola**, Secretária e Ordenadora de Despesas, nos termos do art. 22, III, alínea "b" c/c o art. 25, ambos da Lei nº 2.423/96-TCE/AM e art. 5º, inciso II, da Resolução nº 04/2002-RITCE;
- 10.2. **Considerar revel** a **Sra. Maria das Graças Soares Prola**, Secretária e Ordenadora de Despesas, nos termos do art. 20, §4º, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 88, da Resolução TCE/AM nº 04/2002, por não apresentar razões de defesa no prazo regimental, deixando de atender à Notificação deste Tribunal;
- 10.3. **Aplicar Multa** à **Sra. Maria das Graças Soares Prola**, Secretária e Ordenadora de Despesas, no valor de **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte cinco centavos), com fulcro no art. 54, II, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, VI da Resolução nº 04/2002, alterada pela Resolução nº 25/2012-TCE/AM, pelo ato praticado com grave infração de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e



**ACÓRDÃO Nº633/ 2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

patrimonial, constante no item 1, da fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no **prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**11- Ata:** 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 3 de Outubro de 2018

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Erico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR**  
Conselheiro Relator

**JOAO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral